



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIAS E CULTURAS
AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA

ERIVAN TORRES GADELHA

A HISTÓRIA DE BATURITÉ NO CONTEXTO INDÍGENA

Redenção / Ceará
2014

Erivan Torres Gadelha

A História de Baturité no Contexto Indígena

UNILAB

ERIVAN TORRES GADELHA

A HISTÓRIA DE BATURITÉ NO CONTEXTO INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Histórias e Culturas Afro- Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção / Ceará
2014

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170

Gadelha, Erivan Torres.

G12h

A história de Baturité no contexto indígena. / Erivan Gadelha Torres. Redenção, 2014.

38 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui Lista de figuras, Referências.

1. Discriminação na educação. 2. Baturité CE. 3. Relações raciais. I. Título.

CDD 370

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do grau de Especialista em Histórias e Culturas Afro-brasileira Indígena e Africana. Qualquer citação atenderá as normas da ética científica.

ERIVAN TORRES GADELHA

Monografia aprovada em: ___/___/___

Orientador: Professor Dr. Carlos Subuhana

Primeiro Examinador: Professor Dr. Carlindo Fausto Antônio

Coordenador do Curso: Professor Dr. Lourenço Ocuni Cá

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir a vida.

Aos meus pais, por me iniciarem no mundo letrado.

As minhas filhas: Natureza, Mabrysa e Maryssol pela oportunidade do amor incondicional.

Ao meu esposo Arnaldo, por sua compreensão e paciência.

Ao meu orientador Professor Dr. Carlos Subuhana, por sua disponibilidade e dedicação.

A todos que contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

Erivan Torres Gadelha

Redenção / CE

2014

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

RESUMO

O presente trabalho monográfico intitulado “A história de Baturité no contexto indígena” é um passo a mais na contribuição para confirmar a importância das tribos Jenipapos e Canidés na formação étnica do povo baturiteense. Faço uma viagem na história e em breves relatos ressalto o encontro dos colonizadores com estes primeiros habitantes de nossas terras (Brasil) e como isso transformou o antigo modo de vida dos indígenas por meio de práticas diferenciadas de tratamento, dentre elas destaco às alianças e o recrutamento para fins escravistas. Mesmo fazendo um levantamento histórico do índio no Brasil e no Ceará a pesquisa teve como objetivo principal investigar, salvaguardar e divulgar as contribuições destes silvícolas na história de Baturité. Esse estudo teve como pano de fundo a preocupação em promover o intercâmbio entre a história e as escolas do referido município, bem como contribuir para o reconhecimento como patrimônio imaterial de Baturité.

Palavras - chave: História; Baturité; Indígena.

ABSTRACT

This monograph entitled "The story of Baturite in an indigenous context" is another step in contributing to confirm the importance of tribes and genipaps Canidés ethnic formation baturiteense people. Make a journey into the history and brief accounts of colonists against the shoulder with these first inhabitants of our land (Brazil) and how it transformed the old way of life of indigenous peoples through differentiated treatment practices, among which highlight the alliances and recruitment for slave purposes. Even making a historical survey of the Indian in Brazil and Ceará research aimed to investigate, safeguard and promote the contributions of these forestry in the history of Baturite. This study had as its background the concern to promote the exchange between history and schools of that city, as well as contribute to the recognition as intangible heritage Baturite.

Key – words: History, Baturite Indigenous.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Foto do doador do terreno para construção da escola.....	20
Figura 02 – Foto do doador do terreno para construção da escola.....	22
Figura 03 – Foto do doador do terreno para construção da escola.....	23
Figura 04 – Foto de Santa Luzia / Baturité - Ceará.....	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1: A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO NO BRASIL E NO CEARÁ.....	15
1.1 No Brasil.....	16
1.2 No Ceará.....	17
Capítulo 2 A HISTÓRIA DE BATURITÉ.....	19
2.1 Considerações gerais.....	19
2.1 A ocupação das terras pelos índios.....	25
Capítulo 3. O TRABALHO EM SALA DE AULA COM A HISTÓRIA E A CULTURA INDÍGENA	27
3.1 A Lei n. 11.6455, de 10 de março de 2008.....	27
3.3 o índio brasileiro no livro didático.....	28
3.4. Resultados das Entrevistas.....	31
CONCLUSÃO.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	37

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado surgiu da necessidade de conhecer a história de Baturité no contexto indígena, tendo com o objetivo geral investigar, salvaguardar e divulgar as contribuições indígenas, notadamente das tribos dos Jenipapos e Canindés, para a história de Baturité.

A cidade de Baturité tem sua origem fortemente vinculada aos povos indígenas. O próprio nome da cidade provém de *ibi* terra, *tira* alta, ou melhor, serra e o superlativo *eté*, verdadeira ou por excelência, o que resulta no significado ‘serra verdadeira ou serra por excelência’.

Baturité é por natureza aprazível, propícia para o veraneio, dotada de muitos pontos pitorescos, o que a torna uma cidade verdadeiramente turística. A cidade de Baturité do século XXI se apresenta radiante e exuberante, a pequena cidade de 154 anos oriunda da união de duas tribos é hoje denominada capital do maciço de Baturité. Apesar disto guarda ainda, devido à sua história, características marcantes em seus contornos e misturas, que fazem do povo baturiteense um exemplo de miscigenação racial, o que não envergonha nem desvaloriza qualquer cidade.

Uma das metas deste trabalho foi tentar investigar como a pesquisa desenvolvida sobre as tribos Jenipapos e Canindés pôde contribuir para a difusão do tema indígena nas escolas de Baturité, a partir da Lei 11.465 de 10/03/98.

A escolha do tema “A história de Baturité no contexto indígena” no presente trabalho monográfico justifica-se pela relevância do mesmo. Além de salvaguardar a história da cidade de Baturité num contexto histórico, nos propomos a valorizar e divulgar as contribuições dos povos indígenas Jenipapos e Canindés para a fundação da cidade, ressaltando sua importância não só como fonte de pesquisa para as escolas da referida cidade, como também como um embasamento teórico disponível para futuras pesquisas científicas na área.

Os indígenas como primeiros habitantes do Brasil deixaram múltiplas facetas refletidas na cultura nacional. A música, a culinária, a língua, o artesanato, a arquitetura, as produções artísticas e as festas populares ultrapassam as fronteiras do território nacional. Por outro lado, vale ressaltar o

fato de terem sido determinantes os conhecimentos dos indígenas sobre a terra, durante o período da colonização.

A cultura é a somatória de costumes, tradições e valores. É um jeito próprio de ser, estar e sentir o mundo. Entretanto, SER é também PERTENCER a algum lugar, ou a um grupo, seja família, amigos ou um povo.

Muitas assembleias foram organizadas nos últimos anos para discutir a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural, valorização do passado e memória coletiva das cidades, não apenas no âmbito arquitetônico, mas nas diversas áreas do conhecimento humano. Essas inquietações são frutos do desordenado crescimento das cidades, que muitas vezes descaracteriza o Patrimônio Histórico. Nossas cidades não são apenas locais onde se ganha dinheiro, nelas habitam, “vivem” seres humanos que possuem memória própria e são parte integrantes da nossa história. Neste sentido faz-se necessário o reconhecimento da importância de promover e proteger a memória de um povo, não apenas no aspecto físico do mesmo. A essa outra porção da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.

Seguindo orientações da UNESCO, imbuída de um empenho em salvaguardar a Cultura Tradicional e Popular e seus produtores, este trabalho tem igualmente como objetivo identificar, preservar, dar continuidade e disseminar a história.

Assim sendo, torna-se evidente a necessidade de tonificar os laços de preservação. Porém é inviável adotar procedimentos de conservação iguais para o material e o imaterial. Segundo a UNESCO, a melhor maneira é a salvaguarda, que consiste em assegurar a viabilidade e a durabilidade do patrimônio cultural imaterial, através de sua identificação, documentação, investigação, preservação e consequente proteção. Segue-se a promoção, valorização e transmissão deste patrimônio por meio do ensino formal e não formal, processando-se assim a revitalização do mesmo em seus diferentes aspectos.

Ao constituir como objeto de estudo, a importantíssima contribuição dos índios Jenipapos e Canindés para a formação do município Baturité, fomos buscar a sua compreensão a partir de duas perspectivas: a primeira, o processo histórico vivenciado pelos povos indígenas e a segunda, um referencial teórico coletado que possibilitasse compreender Baturité, uma cidade que esconde muitos segredos.

Esse trabalho é um passo a mais nas reflexões sobre a história de Baturité no contexto indígena. É nossa intenção desenvolvê-lo da seguinte maneira:

A introdução apresenta o tema justificando-o de forma sucinta.

A segunda parte ressalta a história da colonização indígena no Brasil, especificamente no Ceará e em Baturité, o desbravamento e a ocupação de Baturité.

Fazemos uma reflexão da inclusão da lei 11.645 no currículo oficial de ensino e uma análise de como é abordado o índio no livro didático a partir de uma pesquisa realizada na Escola Municipal Monsenhor Manuel Cândido e no Instituto Educacional Paraíso.

Para concluir as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO NO BRASIL E NO CEARÁ

1.1 No Brasil

O povo brasileiro é constituído pela mistura de culturas indígenas, europeias e africanas, porém os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro. O contato inicial entre os europeus e os povos indígenas que habitavam o Brasil em 1500 logo superou o momento inicial marcado pela novidade e pelo encantamento como consta na Carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro texto escrito em nosso país.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lhe vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d' agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (Pero Vaz de Caminha *apud* CASTRO, 2009)

Diante do exposto compreende-se que o texto do escrivão é caracterizado por um sentimento de encantamento diante do novo e do desconhecido. Entretanto logo tudo foi ignorado e desprezado pelos colonizadores, principalmente no tocante às culturas nativas, pois o interesse em extrair riquezas a qualquer custo levou-os a não hesitar em subjugar as populações indígenas.

Os portugueses foram recebidos com confiança e inocência. O próprio Pero Vaz de Caminha dizia em sua carta: “Eles (os índios) são muito mais amigos que nós deles...” Porém da relação inicial baseada na troca chegou-se à exploração e à escravização.

A uns dava cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna quase que nos queria dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar. (Pero Vaz de Caminha *apud* CASTRO, 2009)

Logo, aquele gesto de pureza disfarçava uma troca na qual estava embutida uma herança ameaçadora para os indígenas, pois sobre aquela população em um futuro bem próximo se abateria a escravização.

A mão de obra indígena foi usada desde o princípio da colonização. As árvores de pau-brasil, planta que acabaria dando nome à nova terra, encontravam-se ao longo do litoral, mas para cortá-las e transportá-las os europeus dependiam absolutamente da população indígena.

“As embarcações às vezes estão longe do local onde a madeira está sendo cortada, talvez quatro a cinco léguas [24 a 30 quilômetros]. O único proveito que esses infelizes obtêm de tanto esforço limita-se a uma camisa miserável ou um pedaço qualquer de pano de pouco valor... Depois de carregarem os troncos para os barcos ao longo de vários dias, é possível ver seus ombros esfolados e cortados pelo peso da madeira. (...) E ainda assim eles se consideram privilegiados por fazerem esse serviço para os cristãos, os quais eles amam, prezam e honram... porque eles lhes mostraram como cortar a madeira com ferro, o qual eles lhes fornecem”. (VERANO, 2009, p. 57)

O fascínio dos indígenas pelos metais trazidos pelos europeus, explica parte do interesse que eles demonstravam pelos portugueses. Diante desse interesse, os portugueses aproveitaram para retirar do território indígena produtos que pudessem enriquecer seu país, pois eles viram no Brasil um complemento para sua economia.

A Companhia de Jesus recebeu a incumbência de integrar as novas terras e os nativos ao cristianismo, pois os ideais dos jesuítas adequavam-se a este propósito: catequizar aqueles que habitavam a colônia.

O Irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia e também tem escolha de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer os índios desta terra, os quase têm grandes desejos de aprender e, perguntados si querem, mostram grandes desejos. Desta maneira ir-lhes-ei ensinando as orações e doutrinando-os na Fé até serem hábeis. (ALMEIDA, 2006)

Diante do exposto evidencia-se o entusiasmo de Manuel da Nóbrega ao perceber que os índios “têm grande desejos de aprender”. No entanto os indígenas possuíam seus próprios interesses ao procurar a aproximação dos jesuítas. Muitas vezes os motivos não tinham a ver com a religião e sim com a proteção que os religiosos ofereciam contra a violência.

Assim que por experiência vemos que por amor é mui dificultosa a sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo, e posto que nos grandes por não concorrer sua livre vontade, presumimos que terão fé no coração. (MONTEIRO, *Sd*)

1.2 No Ceará.

O romance 'Iracema' de José de Alencar tem como personagens os Potiguaras e os Tabajaras, dois povos indígenas que eram inimigos entre si. Além desses, muitos outros povos indígenas habitavam as regiões que formam o atual estado do Ceará.

Tupã deu a grande nação tabajara toda terra. Nós guardamos as serras, donde manam os córregos, (...) e abandonamos ao bárbaro potiguara, comedor de camarão, as areias nuas do mar, com os secos tabuleiros sem águas e sem florestas. Agora, os pescadores da praia, sempre vencidos, deixam vir pelo mar a raça branca dos guerreiros de fogo, inimigos de Tupã. Já os emboabas estiveram no Jaguaribe; logo estarão em nossos campos; e com eles os potiguaras. (ALENCAR, 1865)

A primeira tentativa de povoamento da capitania do Ceará ocorreu em 1603, na ocasião em que os portugueses chegaram à foz do rio Ceará e fundaram o Fortim de São Tiago, na divisa com o atual município de Caucaia.

1ª Tentativa oficial, 1603, Pero Coelho de Souza: teve o direito de explorar a região. Fundou o forte: São Tiago (Rio Ceará, foi destruído pelos índios) São Lourenço (Rio Jaguaribe, não resistiu as secas de 1605 a 1607 e aos ataques indígenas). 2ª Tentativa oficial, 1607/08, Francisco Pinto e Luiz Figueira: jesuítas que vinham catequizar os índios. Foram atacados pela tribo dos tacarijus, só Luis Figueiras conseguiu fugir. (NOGUEIRA, s.d)

Em outra tentativa, o português Martins Soares Moreno que inspirou o personagem do romance Iracema, de José de Alencar – tentou novamente povoar a capitania.

3ª Tentativa oficial, Martim Soares Moreno, 1611 a 1631: considerado pela historiografia tradicional como o grande fundador do Ceará. Fundou o Forte São Sebastião, era hábil com o índio, procurou desenvolver a pecuária e a cana-de-açúcar. (NOGUEIRA, s.d)

Praticamente um século depois surge a primeira Vila do Ceará.

Os primeiros habitantes foram os índios aquirases. A vila foi denominada São José de Ribamar e teve a sua sede transferida várias vezes. Ora para as margens do Rio Pajeú, ora para a Barra do Ceará, até se fixar finalmente, a partir de 1713, em Aquiraz , nome (atualmente grafado com "z") que significa: "gente da terra". Nos fins do século XVII, esse município abrigou a primeira sede do Governo do Ceará, ou seja, a capital do estado. (NOGUEIRA, s.d)

CAPÍTULO 2. A HISTÓRIA DE BATURITÉ

2.1 Considerações gerais

Baturité é por natureza aprazível, propicia para o veraneio, dotada de muitos pontos pitorescos, o que a torna uma cidade verdadeiramente turística. Descendente de tribos indígenas, a Serra Verdadeira, o Monte-Mor, o Novo d' América ou a Missão de Nossa Senhora da Palma, foi batizada de Baturité e esta nomeação estendeu-se a todo o território.

Aos 14 de abril pelas três horas da tarde, em presença de todos os moradores, no meio da praça, mandou o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa levantar o pelourinho aclamou a nova vila que denominou de “VILA REAL DE MONTE-MOR, O NOVO D'AMERICA”, declarando que o seu orago ficava sendo Nossa Senhora da Palma, de sua própria freguesia, e, padroeiro, São João Nepomuceno. A freguesia de Nossa Senhora da Palma fora criada em 19 de julho de 1762. (EDGY, 1983, p. 9)

O memorial histórico mais importante da cidade, o Pelourinho, tem certidão de nascimento com os dados citados abaixo.

O escrivão, a lavrar a Ata e os termos da fundação; o Engenheiro, a medir e a demarcar as terras; os nove brancos a tudo assistir; e a multidão de índios, ignorantes, quase basbaques, pouco ou nada entendendo do que viam, mas fascinados pela cena memorial, naquela tarde radiosa de 14 de abril de 1764. O Ouvidor, ostentando as insígnias de seu alto cargo a mandar levantar o Pelourinho, símbolo do Poder Civil e marco da Fundação. (EDGY, 1983, p.13)



FIGURA 01: PELOURINHO / Baturité – Ceará. **FONTE:** internet

Em algumas cidades este marco serviu de instrumento de aplicação de correção para aqueles que infringissem ou desobedecessem à regra ditada pela sociedade da época. Entretanto para nós, baturiteenses, significou o marco da libertação de um povo, o indígena.

Monte-mor, Baturité
 Tua fé se fez memória
 O teu povo te bendiz
 E é feliz, por tua história!
 Numa Aldeia Comum protegidos
 Jenipapos e irmãos Canindés,
 Habitavam tranquilos e unidos,
 Como as águas do rio a seus pés!
 CAMPOS, Geraldo José - Hino de Baturité.

O nome Baturité significa Serra Verdadeira e foi adotado oficialmente a partir de 1830. Com a Lei provincial nº 844, de 09 de agosto de 1858, afamou a vila a hierarquia de cidade, abrangendo todo território dos municípios que hoje compõem o Maciço de Baturité.

Numa interpretação particular, o pesquisador Vinicius Barros Leal nos faz conhecer a palavra Batu eté, significando: *puxa, que olho d'agua legal*, manifestação de encanto e admiração dos índios ao chegarem a este torrão e

encontrarem inúmeras fontes de nascentes com água pura e cristalina. Dos vários nomes próprios outorgados a esta cidade, este, Batu eté, é o que mais se aproxima sonoramente do atual nome Baturité.

Segundo Pedro Catão, significa ‘serra por excelência’.

Corruptela de ibi terra, tira alta, ou seja: serra, e o superlativo eté verdadeira ou por excelência. Assim, de Ibitiraeté – serra verdadeira ou por excelência, ter-se-ia originado o topônimo. (EDGY, 1983, p.15)

Há outras hipóteses apresentadas por estudiosos com referência à origem do nome ‘Baturité’. José de Alencar diz ‘Batuíra e eté’, que seria Valente Nadador, nome de uma narceja valente. Gil Amora prefere decompô-lo em Bu=sair, rebentar, tu=água e eté=boa, resultando em Butueté, ou seja, ‘sair ou rebentar água boa’, em alusão às inúmeras fontes de água cristalina que brotam na serra.

Hoje, somos herdeiro de uma única aldeia, consolidada pela união de duas tribos: Jenipapos e Canidés. Essa asseveração se deu depois de uma petição ao governador de Pernambuco na época Henrique Lins Pereira Freire, por um chefe índio, o cacique “Jenipapo” Miguel da Silva Cardoso.

Atendendo as suas solicitações, mandou que eles se juntassem aos Canindés, vivendo numa única aldeia, pois tinham a mesma língua e eram aparentados. (EDGY, 1983, p.7)

A história de Baturité está estampada nas ruas, casarões, pessoas, costumes, fazeres e expressões populares. Esta cidade se revela aos poucos no centro do maciço, por meio das barracas da feira semanal, das barbearias, do mercado público com sua deliciosa panelada, dos bordados da cooperativa artesanal, das flores de palha de bananeira e dos grupos juninos.

Esta é uma cidade de sentimentos. Teve seus poetas, seus escritores, seus santos e seus demônios. Foi uma meiga adorável menina e gentil donzela. Foi também uma turbulenta e vigorosa moça que extravasou a vida de acordo com o momento que vivia. Foi boa, foi má. Foi nobre, foi pária. Enfim, foi humana, como todas as cidades. Disse Astrolábio Batista. (FRANKLIN, 1978, p.9)

Baturité posiciona-se no sopé do maciço de Baturité, situando-se a 96 km de Fortaleza. A cidade possui uma área de 347,30 quilômetros quadrados. Seu acesso se dá pelas rodovias CE-060 e CE-356. Tem os seguintes municípios limítrofes: ao norte, Redenção, Pacoti e Guaramiranga; ao sul, Itapiúna; a leste, Aracoiaba; a oeste, Mulungu.



FIGURA 02: Mapa do Maciço de Baturité – Ceará. **FONTE:** internet

A população conforme o último censo é de 34.512 habitantes, (IBGE, censo 2013).

O município é detentor de belas paisagens com cachoeiras, mirantes, densas florestas e um clima bastante agradável. Dentre os destinos turísticos do município encontramos os seguintes atrativos naturais: cachoeira do Frade, cachoeira do Jordão, cachoeira do Perigo, poço da Moça, barragem Tijuquinha, trilha Caridade e a serra de Correntes.

Atualmente a economia de Baturité estabelece suas bases principalmente no desenvolvimento do setor terciário, comércio, prestação de serviços e na extração de vegetais, a qual, como na maioria dos municípios cearenses, ainda é feita com técnicas agrícolas rudimentares. Mesmo assim, Baturité se sobressai na região como um importante centro comercial. Através de um comércio forte, base do sistema produtivo do município, a cidade vem se modernizando e alcançando melhorias na qualidade de vida da população.

Entre os principais eventos culturais de cunho religioso da cidade, destacam-se as festas de Nossa Senhora da Palma, padroeira do município, no dia 15 de agosto e a festa de Santa Luzia que ocorre a 13 de dezembro, ambas realizadas após nove noites de comemoração.



FIGURA 03: Igreja Matriz Nossa Senhora da Palma / Baturité – Ceará.

FONTE: Internet



FIGURA 04: Igreja de Santa Luzia / Baturité – Ceará. **FONTE:** Internet

A influência da igreja católica na cultura da cidade é bastante expressiva. Por exemplo, a bicentenária igreja de Nossa Senhora da Palma, construída em 1762 em estilo bizantino com aspectos predominantemente barrocos, é a única no gênero no Brasil.

Igualmente se destaca o monumento erguido a Nossa Senhora de Fátima, trazido de Portugal, que pode ser visto de praticamente toda a cidade, com um acesso de 365 degraus que não afugenta os inúmeros visitantes que aí se aventuram. Por outro lado, lamentavelmente, observa-se atualmente a destruição progressiva de vários casarões e até monumentos históricos para ceder lugar a prédios comerciais. Não existem políticas de conscientização visando restringir a degradação do patrimônio histórico de Baturité, que provavelmente findará em breve.

A população de Baturité sonha com uma arrancada para o futuro. O sonho está expresso no momento em homenagem ao centenário da cidade, construído sob a forma de foguete. O progresso sonhado virá, logicamente, em dimensões mais modestas. Mas, virá. Não se tem certeza, entretanto, de quais os caminhos que ele tomará. (FRANKLIN, 1978, p. 38)

Assim sendo percebemos que há um elo que unifica as gerações. Essa cadeia de união entre as gerações de várias épocas é a ligação entre o passado e o futuro, já que o presente, na verdade, é apenas uma fronteira.

2.2 A ocupação das terras pelos índios

A história da ocupação do Maciço de Baturité nos remete à expedição de Estevão Velho de Moura que, por volta de 1680, alcançou a região através das ribeiras do rio Choró.

(...) foi “o primeiro descobridor daquela ribeira”, mas só tiveram sucesso a partir de 1700 com a fixação dos primeiros sesmeiros destacando-se o Tenente Coronel Manuel Duarte da Cruz em 1718, em terras situadas no atual Município de Aracoiaba, e o Tenente Amaro Rodrigues Moreira em 1734. EDGY, 1983, p.7

As pessoas acima citadas devem ser consideradas como os primeiros habitantes brancos da região.

Monte-mor, Baturité
 Tua fé se fez memória
 O teu povo te bendiz
 E é feliz, por tua história!
 Numa Aldeia Comum protegidos
 Jenipapos e irmãos Canindés,
 Habitavam tranquilos e unidos,
 Como as águas do rio a seus pés!
 CAMPOS, Geraldo José - Hino de Baturité.

Quanto à aldeia “comum” atendendo às solicitações do índio Cacique “Jenipapo” Miguel Cardoso, o governador de Pernambuco mandou que os índios (Jenipapos e Canindés) se juntassem e passassem a viver em uma única aldeia.

Assim reunidos, estiveram eles no Banabuiú, no Tabuleiro da Areia e no saco da serra da Palma, ao Sul da bacia do açude de Cedro, no atual Município de Quixadá, de onde saíram mais tarde para a sua localização definitiva no sítio “Comum” (hoje Tijuca), nas faldas de Baturité. (EDGY, 1983, p.7)

A migração dos indígenas de Quixadá para a serra de Baturité foi chefiada pelo Cacique Miguel da Silva Cardoso, este considerado fundador da aldeia indígena a que chamavam de “Comum”.

Na aldeia “Comum” os índios veneravam, numa igrejinha de taipa, a pequena imagem de Nossa Senhora da Palma, de sua devoção, trazida de Quixadá. Ali foram eles ocasionalmente assistidos por missionários, mas nunca de maneira permanente, até à instalação da freguesia em 1762”. (EDGY,1983,p.8)

A freguesia de Nossa Senhora da Palma é compreendida como abrangendo as antigas missões realizadas pelos índios aldeados no sítio “comum” (hoje Tijuca), freguesia criada pelo Alvará de 08 de maio de 1758, mas só instalada a 19 de junho de 1762, sendo o seu primeiro vigário Padre Patrício Joaquim. Como consta na letra do hino de Nossa Senhora da Palma. (BARRETO, 2012)

Nossa senhora da Palma,
Baturité é feliz
Por vosso nome ser dado
A nossa igreja matriz,
Onde o primeiro vigário,
Padre Patrício Joaquim,
Em seu altar celebrou
A vossa gloria sem fim.

Somos Devotos da paz,
Ao vosso Amor fieis
Desde as antigas missões
Jenipapos-Canindés.
Somos devotos do bem,
Da oração que acalma
Nossa senhora da Palma!

Diante do exposto compreende-se que Nossa Senhora da Palma era padroeira das missões desde seus primórdios.

Capítulo 3. O TRABALHO EM SALA DE AULA COM A HISTÓRIA E A CULTURA INDÍGENA

3.1 A Lei n. 11.6455, de 10 de março de 2008

Segundo Itamar Freitas, o artigo 26-A da lei n. 11.645 de março de 2008, torna obrigatório, em “todo o currículo escolar” dos ensinos fundamental e médio, público e privado, o estudo da história e da cultura indígena. A lei afirma que devemos destacar a “luta dos povos indígenas no Brasil”, a “cultura indígena brasileira” e a sua “contribuição nas áreas social, econômica e política” na “formação da sociedade nacional”. (FREITA, 2010, p.159)

Entende-se que a obediência às leis que rege o Estado brasileiro é um elemento fundamental para a democracia. Porém esquece-se que a história de vida desses povos vai além do cumprimento de uma lei. É necessário incorporar de fato a problematização da temática no currículo escolar para que desde cedo se possa conhecer e valorizar a contribuição que foi e está sendo incorporada na população brasileira.

Os conteúdos referentes à História e Cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2008, p. 2.)

Entretanto a escola deve ter a finalidade de manter tradições, fortalecer a cultura e buscar autonomia e a função do professor nesse sentido é ser um meio para a formação de cidadãos e para a conscientização da temática indígena na vida escolar.

A escola é fundamental para o combate ao preconceito e à discriminação. Nela convivem crianças de origens sociais e culturais diversas, ensinam-se as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença; apresentam-se a criança os conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo. (PCN / Temas transversais – Pluralidade Cultural, 1997, p. 21)

Cabe ao professor de História, em conjunto com os outros professores da escola, elaborar um planejamento que vise integrar os conhecimentos que o aluno traz de suas vivências com desafios que contribuam para aprofundar sua percepção e leitura do mundo.

3.3 o índio brasileiro no livro didático

Como afirma MONTEIRO, é no livro didático que as representações sobre o índio se revestem de uma importância crucial, pois é por intermédio dele que as crianças leitoras constroem suas primeiras impressões e discursos da cultura do outro, a indígena.

Um questionamento se faz necessário: Se a lei 11.645, datada de março de 2008 afirma a necessidade da inclusão do ensino indígena no currículo escolar, porque a maioria dos livros didáticos ainda não traz elementos suficientes que gerem discussões e reflexões acerca desta temática em sala de aula.

Especialista na temática concorda que uma das principais estratégias para a promoção da diversidade na escola é a difusão de informação atualizada. Isso nos obriga a questionar constantemente: Como têm sido representadas as sociedades indígenas nos livros didáticos? Que sentidos elas ajudam a construir no nosso cotidiano? Que imagens você guarda dos manuais de seu tempo de aluno? (FREITAS, 2010, p.165)

Diante do exposto é necessária uma reflexão sobre a forma pela qual os índios são representados na maioria dos livros didáticos.

Os livros didáticos de história perpetuam um olhar externo (colonizador) sobre as representações dos povos indígenas. O índio é observado como indivíduo com limitada capacidade de ação, sem presente e expectativa de futuro. (MONTEIRO, 2010, p.1)

No campo da Diversidade Cultural, em relação aos povos indígenas Baniwa afirma:

Às vezes, tenho a impressão de que falamos muito facilmente da diversidade, mas com pouca responsabilidade sobre as consequências quando valoramos essa ideia da diversidade Cultural. Todo mundo, ou pelo menos a maioria das pessoas, defende a Diversidade Cultural, mas pouco se faz para que essa diversidade efetivamente faça parte do exercício diário da nossa vida no mundo, que tem a ver com nosso comportamento, atitude e forma de relacionamento. (BANIWA, 2007, p.65)

Diante da importância e do dever de ensinar história e cultura indígena no currículo da disciplina de história é fundamental que os docentes analisem a temática indígena nos livros didáticos e busquem estratégias de ensino.

Parece-nos de fundamental importância pensarmos nas nossas preocupações pedagógicas e principalmente nos objetivos que temos ao aplica-las. Pensando em sugerir algumas estratégias, gostaríamos de destacar que elas têm, como objetivo principal, o encaminhar o aluno para descoberta e a reflexão através de sua capacidade de pensar. MACEDO, Ana, 1995, p.527.

Nesse sentido acredita-se que o conhecimento de diferentes metodologias possibilitará ao professor, no decorrer da sua atividade, perceber que a história não se resume a um caráter narrativo de fatos do passado e tampouco pode ser banalizada pela valorização exclusiva do presente, impondo-se, pelo contrário, uma percepção da importância da evolução no processo histórico.

Para reafirmar a citação anterior foi feita uma análise em 03 livros didáticos com autores, editoras e anos diferentes. Ressaltamos que as datas de suas publicações correspondem à seguinte classificação:

1º LIVRO / DATA	Seis anos antes da sanção da lei
TÍTULO	História e vida - 5ª série
AUTORES	Nelson Piletti e Claudinho Piletti
EDIÇÃO	2002
EDITORA	Ática
OBSERVAÇÃO: Após apreciação percebe-se que os autores não fazem nenhuma referência à temática indígena.	

2º LIVRO / DATA	Ano da aprovação da lei 11.645
TÍTULO	Conversando sobre História 4º ano
AUTORES	Francisco Coelho Sampaio
EDIÇÃO	2008
EDITORA	Positivo
OBSERVAÇÃO: A primeira unidade, (o indígena, os nossos primeiros habitantes) aborda a temática indígena da página 08 a 42. Vejo que esta edição teve a preocupação de valorizar o tema.	

3º LIVRO / DATA	Dois anos após aprovação da lei
TÍTULO	História 5º ano
AUTORES	J.William Vesentini, Dora Martins e Marlene Pécora.
EDIÇÃO	2010
EDITORA	Ática
OBSERVAÇÃO: Apenas um capítulo aborda a temática indígena.	

Ao considerar as três edições percebe-se que há uma fissura na exposição da temática por alguns autores. A história indígena é vista por alguns autores como um fato histórico meramente reduzido a acontecimentos. Fazem relatos de sua cultura e manifestações. Até mesmo as gravuras expostas fazem referência a um passado muito distante. O segundo autor, por sua vez, já faz uma crítica ao tratamento dispensado aos índios pela sociedade civil, abordando sua negação territorial, suas lutas, vitórias e anseios.

Faz-se necessário que os docentes ampliem suas aulas por meio de um questionamento apresentado aos alunos. Por exemplo, além da comida, da música, das danças, lendas e histórias, como o índio vive hoje? Sua história se resume ao passado? Sua história atual como é contada?

4. Resultados das Entrevistas

Este capítulo relata dados coletados através de entrevistas a respeito da temática indígena no livro didático, a importância da mesma e como essa temática é abordada no cotidiano escolar.

O livro didático tem por objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, porém ele, por si só, não garante o resultado na construção dos conceitos fundamentais. Faço referência neste momento ao ensino da História. Um professor comprometido com o real desenvolvimento cognitivo de sua turma tem livre arbítrio para em seu planejamento inserir textos e atividades que complementem e/ou ampliem os horizontes de seus alunos no processo de aprendizagem.

Na tentativa de responder a essa minha inquietação sobre o processo de utilização do recurso livro didático, não me detive apenas em observar um setor dentre as instituições educacionais, fiz uma pesquisa de resultados na escola pública e na privada, tendo me deparado com implicações bem distintas, como veremos a seguir.

Em visita à Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor Manuel Cândido, localizada na sede do Município de Baturité, entrevistei uma professora. A referida escola trabalha com os níveis de Ensino Fundamental das séries iniciais e com a Educação Infantil, possuindo um total de 517 alunos. Para obter o resultado da minha pesquisa entrevistei a professora Leila Jales Leite Furtado que leciona na turma do 4º ano do Ensino Fundamental.

A mesma ação aconteceu na escola particular, Instituto Educacional Paraíso, localizada à rua Carteiro Silva Carcará também em Baturité. A mesma atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental em 9 anos. O Ensino Fundamental das séries iniciais possui 137 alunos. Na ocasião foi entrevistada a professora Maria Emiliana Duarte de Castro, professora do 5º ano e a diretora da referida escola, Francisca Ângela da Silva.

A partir das entrevistas e questionários realizados nas duas escolas, foi possível perceber a importância da temática indígena para os alunos no sentido de compreenderem a origem e a contribuição dos povos indígenas para a construção do país e da cidade de Baturité. Porém tanto a escola pública quanto a escola particular, ainda não se amparam na lei que obriga a inclusão da temática indígena no currículo oficial. A partir dessa reflexão percebo que

tanto a professora da escola pública quanto a professora da escola particular não fazem uso da interpretação da lei. A temática indígena é abordada no cotidiano escolar esporadicamente, nas aulas estabelecidas nos livros do PNLD, na maioria das vezes pontual em datas comemorativas.

Para confirmar o contexto desse capítulo segue-se abaixo a entrevista com as professoras das referidas escolas.

I: Dados Básicos:

1. Nome completo: Leyla Jales Leite Ferreira
2. Idade: 43 anos
3. Estado Civil: casada
4. Sexo/gênero: feminino

1. Nome completo: Maria Emiliana Duarte de Castro
2. Idade: 34 anos
3. Estado Civil: solteira
4. Sexo/gênero: feminino

1. Nome completo: Francisca Ângela da Silva
2. Idade: 42 anos
3. Estado Civil: divorciada
4. Sexo/gênero: feminino

5. No item cor ou raça, você se considera branca, morena, parda, negra, preta, amarela, indígena, outra (qual?)?

Leyla – parda

Emiliana – parda

Ângela – negra

6. Que importância tem o estudo das relações étnico-raciais na escola?

Leyla – Porque desenvolve nos alunos a importância de compreender a sua origem e a contribuição do índio e do negro na construção do país

Emiliana – Formar cidadãos cada vez mais sociáveis e valorizar a cultura indígena dentre outras na sociedade.

Ângela – Trabalhar as relações étnico-raciais merece uma atenção especial, devido à forma em que foi constituída a sociedade brasileira e as formas de manifestação do racismo, valorizando assim a diversidade e integrar os “diferentes”, respeitando-se a si mesmo e respeitando o outro.

7. Por que estudar a temática indígena?

Leyla - Devido ao fato de a maioria dos municípios cearenses terem sido criados a partir de aldeamentos, principalmente a nossa Baturité.

Emiliana – Porque partindo da questão ética-racial os indígenas foram os primeiros povos a nos mostrar valores que até hoje estão presentes em nosso dia-a-dia e que precisam ser vistos com maior intensidade.

Ângela – Para desmistificar a representação da imagem do índio que equivocadamente é apresentada de forma lendária e que, no entanto, são seres reais detentores de cultura própria e esta permeia o cotidiano de todos nós.

8. Como é que a temática indígena é abordada no cotidiano escolar?

Leyla – Esporadicamente. Só nas aulas estabelecidas nos livros do PNLD.

Emiliana – Não tão presente quanto deveria ser, mas é abordada algumas vezes por meio de estudos muito breves ou em datas que envolvam o assunto e nos livros didáticos da escola.

Ângela – A temática indígena é apresentada na sala de aula de maneira superficial ou simplesmente de forma folclórica. O aluno internaliza a imagem do índio do tempo da chegada das caravelas de Cabral.

9. A cultura, história, literatura, tradições indígenas e a perspectiva étnico-racial estão presentes no Projeto Político Pedagógico desta escola?

Leyla – Não

Emiliana – Sim. Dando ênfase maior em datas históricas e eventos escolares.

Ângela – Estes temas estão inclusos no projeto interdisciplinar da escola.

10. Mas o que é ser indígena realmente no Brasil?

Leyla – É ser discriminado e caracterizado como diferente.

Emiliana – Ser indígena no Brasil é ainda uma grande dificuldade, pois são vistos como quase que invisíveis aos seus verdadeiros valores, povos sem

perspectivas de vida e que a sociedade ainda os exclui daquilo que é seu por direito.

Ângela – Não respondeu.

11. Você conhece um aluno que passou por atitudes de preconceito e discriminação por se declarar indígena ou por ter traços indígenas visíveis? Qual tem sido a reação dos mesmos?

Leyla – Não

Emiliana – Não

Ângela – Não

12. Como é que você avalia o tipo de imagem que a TV constrói e projeta sobre os povos indígenas?

Leyla – A TV na maioria das vezes só veicula o índio como uma cultura isolada. Raramente trata das contribuições e avanços da comunidade indígena.

Emiliana – A TV infelizmente constrói uma imagem totalmente indiferente aos povos indígenas.

Ângela – Não respondeu.

13. Fale das diversas formas de discriminação que o aluno indígena sofre no cotidiano escolar.

Leyla – A primeira discriminação é a cultura não chegar nem na escola, como a escola na qual leciono é zona urbana e todos os resquícios da cultura foram apagados na nossa sociedade, não há esse tipo de atitude.

Emiliana – Discriminação nos traços físicos, modo de falar, pensar. Alguns são excluídos em determinadas atitudes.

Ângela – Não respondeu

14. Você conhece e/ou ouviu falar da Lei que obriga o ensino da história e cultura indígena? Se sim, fale do papel da escola na aplicação da mesma.

Leyla – Sim. Para a lei funcionar e ser aplicada na escola conforme é sugerido, faz-se necessário que sejam criadas políticas públicas estaduais e municipais para capacitação de professores, gestores e membros da comunidade escolar, só assim viveremos a Lei realmente funcionar.

Emiliana - Ainda não conheço e não sei se existe. Mas acredito que se realmente chegar acontecer, teremos uma sociedade um pouco mais consciente de valores éticos.

Aproveito o momento para agradecer a todas as professoras que se disponibilizaram a responder as minhas inquietações a respeito da temática indígena no currículo escolar. Muito obrigada!

Através dos frutos colhidos a partir da compilação dos relatos dos professores nas entrevistas expostas neste capítulo, chega-se à conclusão de que os professores ainda não incorporaram em seus trabalhos a discussão e reflexão sobre a temática indígena. Ainda que nas escolas, os alunos costumem fazer pesquisas sobre a cultura indígena e organizem festas comemorativas é necessária uma reflexão por parte dos gestores e docentes sobre o papel da sociedade brasileira em relação aos direitos dos povos indígenas.

CONCLUSÃO

“Somos iguais e diferentes. Iguais no corpo, na inteligência e no respeito. Diferentes na língua, no jeito, no costume. Somos todos iguais e diferentes: índios, negros e brancos”. (Anônimo, *apud* PACECO, s.d.)

Este trabalho cujo universo da pesquisa foi a história de Baturité no contexto indígena, nos proporciona o conhecimento da história local e o reconhecimento dos indígenas Jenipapos e Canindés como povos que tiveram um papel importante na construção da história do município acima citado.

A ampliação dos capítulos deste trabalho é uma viagem entre o passado e o presente que nos permite perceber a necessidade de conhecer e compreender a história local. Mas, para que esse desenvolvimento aconteça, a escola tem o papel de guiar o aluno durante o percurso, facilitar a promoção do conhecimento e fortalecer a cultura. Nesse sentido a função do professor é ser um elo na formação de cidadão, na conscientização e criticidade da temática indígena na sociedade contemporânea.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a área de História, afirmam que o aluno pode aprender a realidade na sua diversidade quando são propostos estudos de questões locais, regionais, nacionais e até mesmo mundiais, valorizando assim as culturas, suas mudanças e semelhanças no modo de pensar, fazer e viver das gerações. Nesse sentido, faz-se importante a compreensão do universo histórico.

É fundamental, por conseguinte, que tenhamos nossas posições teóricas, cogitando de uma mudança pedagógica e analisando não apenas o que ensinamos, mas a maneira pela qual ensinamos. Portanto, uma reflexão por parte dos que compõem a comunidade escolar é importante para que se assuma a valorização da cultura, ao se proporcionar aos alunos conhecimentos históricos.

Quanto à pesquisa, como em qualquer processo de investigação, a ênfase é dada muito mais à abertura de debates e à reflexão sobre nossos saberes, do que à finalização das nossas inquietações.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Maria de Fátima Ramos de. Patrimônio cultural, história, da educação e formação continuada de professores. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p. 64-78 dez. 2006 – ISSN: 1676-2584. p. 67. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art10_24.pdf. Acesso em: 15/09/2013.

ALENCAR, José de. Iracema. Rio de Janeiro:Livraria José Olympio Editora/ME C, 1865.

ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Calendário Histórico-Cívico-Religioso de Baturité. Baturité: Fundação Comendador Ananias Arruda, 1990.

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BANIWA, Gersem Luciano. Diversidade Cultural- Da proteção à promoção. São Paulo, 2007

BRASIL. A Carta de Pero Vaz de Caminha – NUPILL - Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística. LCC Publicações eletrônicas. Disponível em: <http://www.portalabel.org.br/attachments/116_A_CARTA_Pero_Vaz.pdf>.

BARRETO, Cesar. Hino de Nossa Senhora da Palma. Baturité, 2012.

CASTRO, Silvio. A Carta de Pero Vaz de Caminha. O Descobrimento do Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2009.

EDY, Miguel. Breve estudo sobre a História de Baturité. 1ª parte (1680 -1858)

FABIANO, Martins. História do Ceará: Período colonial. Disponível em: <http://fabianomartinshistoria.blogspot.com.br/2011/05/historia-do-ceara-periodo-colonial.html>. Acessado em 17/03/2014.

EDUCAÇÃO,Ministério da Educação Conselho Nacional , Brasília, 2008.

FAUSTINO, R. C. Políticas educacionais e educação escolar indígena no Paraná. Universidade Federal de Santa Catarina: [201-?]. Disponível em <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/936-of10b-st3.pdf> acesso em 13/09/1.

FRANKLIN, Jeová. Penedo. Fortaleza: BNB, 1978.

FREITAS, Itamar. Coleção explorando o ensino. Brasília. v.21, 2010

GOMES, Alexandre. Texto elaborado para subsidiar os estudos da equipe técnica da Funai responsável pelos trabalhos de qualificação da reivindicação de identificação e demarcação territorial da Terra Indígena Kanindé de Aratuba. Aratuba: Agosto de 2011.

GONÇALVES, E.; MELLO, F. Educação Indígena. Colégio Estadual Wolf Klabin. Disponível em: <http://estagiocewk.pbworks.com/f/emily+e+fernanda.pdf>.

KARNAL, Leandro. História na sala de aula. São Paulo, 2010.

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva, A temática indígena na escola. Brasília, 1995

MONTEIRO, Diego Francisco Cruz, Representações do índio nos livros didáticos de história- Dialogo sobre identidade, Sergipe, 2010.

MONTEIRO, Manuel. *Sd*. Traduzindo tradições: Gramáticas, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América Portuguesa. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/HS18-09textos/JMMTraduzindo.pdf>. Acesso em: 15/09/2013.

NOGUEIRA, Pérysson. Ceará Colônia: Início da ocupação. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/PryssonNogueira/histria-do-cear>. Acesso em: 13/08/2-13.

PACHECO, Lucilene dos Santos. Intercultural, bilíngue e diferenciado: trançados entre o RCNEI e Educação Escolar Indígena. S.d. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0302.pdf>. Acesso em: 14/11/2013.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da (Org.). Povos indígenas do Ceará: organização, memória e luta. Fortaleza: Editora e Gráfica Ribeiro's, 2007. 52 p.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Editora Nacional, 1987. Disponível em:

<<http://people.ufpr.br/~lgeraldo/gabrielsoaresdesouza.pdf>>

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. “Definições acordadas em 2002 pela reunião internacional de especialistas convocados pela Unesco”. In: *Le patrimoine culturel immatériel, internationale de l’imaginaire*, n.17, *Maison des Cultures du Monde*, pp.230-236, 2004.

VERANO, Paulo. História e cultura dos povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Balsa Planeta, 2009.